



PAULO BEHR FERRO
pferro@j.com.br

Pelos direitos sociais

Acontece hoje, às 19h30, na Praça do Coreto (Praça Marechal Floriano Peixoto), no Centro, o Ato em Defesa dos Direitos Sociais do Povo Brasileiro. O evento é organizado pela Pastoral Diocesana de Fé e Política, o Conselho Diocesano de Leigos e Leigas e o Movimento Intersindical Unificado. Um dos temas a serem abordados é a Reforma da Previdência.

Tucanos e Cracolândia

O governador paulista Geraldo Alckmin e o prefeito da Capital, João Dória Jr., falaram ontem após a ação da PM na região da Cracolândia, no Centro de São Paulo. Ambos os políticos tucanos dizem que agora a estratégia será diferente na região. Segundo eles, após a ação deste domingo, não serão mais permitidas as montagens de barracas por usuários de drogas, tanto na própria praça Princesa Isabel como em outros pontos. A promessa é de não permitir o retorno dos usuários para o antigo ponto de concentração e alvo da ação de 21 de maio. "Esse é um trabalho permanente", disse Alckmin.

▶ SESSÃO DA CÂMARA

Vereadores também apreciarão em 1º turno proposta de emenda à lei orgânica que muda o nome de taxa de turismo

Projeto de lei prevê equipamentos adaptados em escolas de Jundiaí

PAULO BEHR FERRO
pferro@j.com.br

A pauta da sessão da Câmara desta terça-feira (13) será composta por três projetos de lei, três moções, um veto a proposição do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e a apreciação, em primeiro turno, de uma proposta de emenda à lei orgânica.

Merece destaque o Projeto de Lei 12.244/2017, do vereador Romildo Antonio (PR), que condiciona a instalação de equipamentos esportivos e de lazer nas escolas a um percentual adaptado para alunos com necessidades especiais. Segundo justificativa do parlamentar, a unidade de ensino, consciente de sua função, deve estar à disposição do aluno e ser um espaço inclusivo.

Os trabalhos de amanhã devem ser abertos com a apreciação da Proposta de emenda à Lei Orgânica 131/2017, vinda do Executivo, que redenomina a Taxa de Turismo para Contribuição Facultativa de Turis-



19ª SESSÃO Vereadores apreciarão amanhã 3 projetos de lei, três moções, uma proposta de emenda e um veto do prefeito

mo, seguindo os preceitos constitucionais.

Os outros dois projetos de lei que serão apreciados pelos vereadores são o 12.178/2017 (que institui na cidade o programa "Empre-

sa Amiga da Educação") e o 12.256/2017. A proposição, na verdade, revoga a lei 6.544/05, que autoriza a concessão administrativa de uso de um imóvel público, situado no bairro do

Anhangabaú, à Rede Feminina de Combate ao Câncer Norma Della Serra.

O veto 21/2017, do prefeito Luiz Fernando Machado, ao projeto de lei 12.081 (do vereador petebista Marcelo

Gastaldo) é outro assunto que será tratado amanhã. A proposta do parlamentar do PTB busca disciplinar o serviço de táxi para prever reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida. O veto pode ser derrubado ou ratificado pela Câmara.

Moções

Entre as três moções incluídas na pauta da sessão, a 38/2017, do vereador Arnaldo da Farmácia (PDT), faz um apelo ao governador Geraldo Alckmin para que solucione a falta de medicamentos na Farmácia de Alto Custo de Jundiaí. Já a 39/2017, do petebista Valdeci Vilar, apoia o substitutivo do deputado federal Sinval Malheiros (PODE-SP) ao projeto de lei que altera a lei 8.137/1990 sobre a doação de alimentos e medicamentos. Por fim, a moção 40/2017, do parlamentar Edicarlo Vieira (PSD), apela ao governo do Estado de São Paulo para que reavalie as alterações feitas na resolução SF 18/2017 no programa da Nota Fiscal Paulista.

▶ APREENSÃO

Governo e PT temem nova safra de delatores

Michel Temer chegou ao topo do poder de mãos dadas com os amigos. Assinou o termo de posse como presidente interino, em 13 de maio do ano passado, graças a Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que comandava a Câmara, e colocou em votação o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Aproveitou a tinta da caneta e nomeou o deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) como ministro do Turismo e o suplente de deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) como seu assessor especial. O doleiro Lúcio Bolonha Funaro assistiu a tudo em liberdade.

Passado pouco mais de um ano, Cunha, Alves, Loures e Funaro acompanham de dentro da prisão a crise que se abate sobre o colega presidente, hoje não mais interino. Temer também está atento ao que se passa com seus bons companheiros.

Há entre os ocupantes do Palácio do Planalto o temor de que integrantes desse quarteto possam usar a delação pre-

miada como atalho para abrir o tempo de cadeia. Pelo menos dois deles já deram sinais de que podem falar.

Lúcio Funaro, responsável pela engenharia financeira dos esquemas dos pemedebistas, trocou de advogado. César Bittencourt, que o defendia, abandonou o caso dizendo que a delação geraria conflito de interesses com outros clientes. Os atuais advogados de Funaro não desmentem nem confirmam o desejo do cliente em delatar. "Conversei com meu sócio [Bruno Espíneira Lemos] e por enquanto nada a declarar", disse o advogado Victor Minervino Quintiere.

Nos bastidores, os pemedebistas temem que Funaro ensine aos procuradores o caminho das propinas pagas em diversos esquemas de corrupção envolvendo políticos do partido. Funaro é pivô, segundo o Ministério Público, de uma organização criminosa que cobrava propina de empresários que pleiteavam financiamentos administrados pela Caixa. O PMDB controlava postos-cha-

ve no banco.

Foi, segundo José Yunes, ex-assessor de Temer, o portador de R\$ 1 milhão da Odebrecht em caixa dois entregue no escritório do presidente, em 2014. Estourou o escândalo da JBS e ele não ficou de fora. Segundo Joesley Batista, a empresa repassou R\$ 170 milhões à dupla Cunha e Funaro.

Não bastasse todo esse histórico, nesta semana circulou entre políticos que o operador teria gravado parlamentares que teriam recebido propina das mãos dele.

Cunha também manda recados nada sutis. Em dois processos, um por corrupção na Petrobras e outro onde é acusado de chefiar um esquema de cobrança de propina na Caixa, arrolou Temer como testemunha. Enviou a ele perguntas - as últimas na semana passada - que foram vistas como um aperitivo do que seria sua delação. "Eduardo tentou me fustigar", disse Temer a Joesley Batista, da JBS.

Os temas eram a relação de Temer com empresários inves-

tigados na Lava Jato, seu papel na nomeação de diretores da Petrobras que foram presos, o que ele sabe sobre episódios de pagamento de propina na Caixa e sobre arrecadação de campanhas.

Na cadeia Cunha passa o dia escrevendo e falando com advogados. Uma delação, no entanto, não seria para já. Segundo pessoa próxima a Cunha, o tempo de falar é quando o procurador-geral da República não for mais Rodrigo Janot. Os dois travaram duras batalhas e ele considera impossível fazer um bom acordo com o atual chefe do Ministério Público Federal. Em setembro, vence o mandato de Rodrigo Janot, que será substituído por um nomeado de Temer.

Cunha e Funaro estão presos desde o ano passado. Já Loures e Alves, com poucos dias de prisão, permanecem em silêncio. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, declarou que espera a continuidade desse "padrão ético". (Folhapress)

▶ PRESIDENTE DO DIRETÓRIO ESTADUAL

PSDB tem que ouvir a base sobre participação no governo, diz Tobias

O presidente do diretório estadual do PSDB em São Paulo, o deputado estadual Pedro Tobias, defende que o partido ouça a base do partido para decidir se continua ou desembarca do governo do presidente Michel Temer.

"Quando a imprensa e a nossa cúpula fala da decisão só fala de deputados. Deviam ouvir o partido. É mais justo que essa decisão (de ficar ou sair do governo) seja partidária e não só parlamentar. Não somos um país parlamentarista", disse Tobias. "Se os deputados têm interesse em determinado assunto, isso o governo pode resolver com uma emenda (parlamentar). Acho que o foro adequado para esse tipo de discussão são os diretórios", disse Tobias.

A legenda vai reunir nesta segunda (12), em Brasília, toda a sua direção, congressistas, governadores, prefeitos de capitais e dirigentes regionais para decidir a manutenção ou a retirada do apoio a Temer. Segundo Tobias, os diretórios têm que ter voz forte no debate. "Os diretórios têm que ser ouvidos nessa reunião. Eu vou falar. No máximo, podem tentar tapar a minha boca."

Matéria publicada ontem pela Folha de S.Paulo mostrou que os parlamentares tucanos vão divididos para a reunião. A reportagem procurou os 56 deputados federais e senadores da legenda. Dos 49 parlamentares que responderam, 19 declararam apoio ao movimento de rompimento com o Palácio do Planalto, 19 querem

permanecer no governo - ao menos por enquanto - e 11 se declararam indecisos ou não quiseram opinar.

O presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE), que evitava se posicionar sobre o tema, sinalizou pela primeira vez esta semana um movimento de desembarque, ao dizer que a sigla, que tem quatro ministérios, não precisa de cargos para apoiar as reformas econômicas apresentadas por Temer.

Exnegrando uma tendência de rompimento, o Palácio do Planalto contrariou. Temer convocou os ministros tucanos para tentar enquadrar a cúpula da sigla e, ao longo da semana, recebeu pessoalmente 18 dos 46 deputados do PSDB.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), reuniu-se com Tasso para levar o recado: "Se o PSDB deixar hoje a base, vai ficar muito difícil de o PMDB apoiá-los nas eleições 2018. Política é feita de reciprocidade", disse, pouco antes do encontro.

O PSDB é o segundo maior partido do Congresso e o maior aliado do PMDB de Temer, com 46 deputados federais e 10 senadores. Os votos tucanos são essenciais para barrar a provável denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Temer.

A divisão das bancadas do partido revela que os políticos mais antigos adotam um tom cauteloso e apresentaram uma inclinação maior pela manutenção do apoio. A ala jovem é majoritariamente a favor do desembarque. (Folhapress)

▶ JBS

Donos venderam R\$ 10 mi em ações antes da delação

Às vésperas da divulgação da delação premiada que atingiu o presidente Michel Temer, os acionistas controladores da JBS venderam R\$ 10 milhões em ações da companhia. No dia 16 de maio, eles negociaram 985 mil papéis da empresa a R\$ 10,11. Os controladores da JBS são a FB Participações, holding da família Batista, e o Banco Original, que também pertence aos fundadores do maior produtor de proteína animal.

A delação dos irmãos Joes-

ley e Wesley Batista foi revelada pelo jornal O Globo no fim da tarde do dia seguinte, após o fechamento da Bolsa de São Paulo. No dia 18 de maio, as ações da empresa desabaram 10,5% - desde então, elas perderam 23,4% do seu valor, cotadas a R\$ 7,28.

As vendas dos papéis também aconteceram no dia 17, mas foram acompanhadas de recompras das ações. As operações praticamente se anularam: as vendas somaram R\$ 35,1 milhões, e as

compras, R\$ 35,6 milhões. Os donos da empresa voltaram a se desfazer dos ativos após a revelação da delação, nos últimos três dias do mês passado. Elas somaram R\$ 105 milhões.

As negociações de papéis pelos donos da JBS, assim como operações no mercado de câmbio às vésperas da delação dos irmãos Batista, estão sendo investigadas pela Polícia Federal e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em abril, os controlado-

res do frigoríficos venderam o equivalente a R\$ 242 milhões em ações da empresa, a primeira operação desse tipo em mais de um ano. Na ocasião, eles já haviam fechado acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República.

Em nota na sexta-feira (9), a JBS afirmou que as empresas entregaram os materiais e documentos solicitados pela Polícia Federal e que segue à disposição das autoridades para quaisquer esclarecimentos. (Folhapress)